

Conciliação entre o VPL e o EVA[®] : abordagem matemática e contábil do Lucro Econômico

(José Roberto Kassai)

No mesmo cenário estabelecido na conciliação entre a taxa interna de retorno (TIR) e o *return on investment (ROI)*, em um trabalho que já foi objeto de estudo e publicação nesta revista (KASSAI,1997), este artigo tem por objetivo estabelecer a conciliação entre o valor presente líquido (VPL), calculado nas análises financeiras de projetos, com o *economic value added (EVA[®])*, apurado nas Demonstrações Contábeis. Sob a hipótese de que tais medidas possuem em sua essência o mesmo significado – o de lucro residual – , faz-se uma investigação sobre a taxa de reinvestimento implícita nos fluxos de caixas intermediários que, por vezes, tem sido ignorada ou tratada com superficialidade na literatura existente, levando a crer que o método VPL original é infalível. Como contribuição desta pesquisa, propõe-se uma forma de calcular um valor presente líquido modificado (VPLM), questionam-se alguns aspectos relacionados com a taxa interna de retorno modificada (TIRM), como o ajuste dos fluxos de caixa negativos e faz-se algumas reflexões sobre a classificação e alocação dos encargos financeiros nos fluxos de caixas e nas Demonstrações Contábeis.

Um Estudo da Transparência nas Demonstrações Contábeis das Agências

(Autores:

Aracéli Cristina de Sousa Ferreira

André Luiz Bufoni

Paulo Roberto A. Monteiro

Leonardo Pitanga Fernandes

Colaboradoras:

Adriana Faur

Vanessa Machado)

O presente trabalho verifica a transparência das agências reguladoras federais nacionais. De forma mais específica, a questão da transparência nas Demonstrações Contábeis desses agentes públicos. Após a revisão da legislação pertinente e da literatura correlata, analisaram-se os documentos disponibilizados por nove agências reguladoras federais, verificando a adequação de seus demonstrativos ao referencial teórico, e comparando entre si as diversas informações presentes em suas Demonstrações Contábeis e em seus relatórios de gestão. Os resultados indicam que não existem Demonstrações Contábeis disponíveis; indicam ainda que as demonstrações apresentam problemas semânticos e que, mesmo os relatórios de gestão, apresentam informações incompletas, sendo pouco transparentes.

Comunicação em Contabilidade:

Estudo comparativo do nível de percepção de usuários da informação contábil em Florianópolis (SC) e Recife (PE) sobre a utilidade das representações gráficas no processo de evidenciação

(Cláudia Catarina Pereira

Adriana Rodrigues Fragoso*

José Francisco Ribeiro Filho)

Este artigo procura comparar o nível de percepção dos usuários da informação contábil em Florianópolis (SC) e Recife (PE) sobre a utilidade das representações gráficas no processo de evidenciação. A pesquisa

foi desenvolvida por meio de um questionário aplicado a profissionais que atuam em diversos ramos (serviços, comércio, indústrias), nos quais investigou-se sobre: locais onde são elaborados os demonstrativos contábeis (se na própria organização ou por empresas terceirizadas), como são utilizados e avaliados no processo de tomada de decisão, bem como a percepção dos entrevistados à apresentação de informações contábeis por meio de representações gráficas.

Ao término da pesquisa foi possível identificar que existe uma melhor avaliação, pelos entrevistados, das informações disponibilizadas nos demonstrativos contábeis quando estes são elaborados na própria empresa. Nas duas capitais, a maior parte dos entrevistados considerou que a representação gráfica melhora muito a compreensão das informações contábeis, principalmente no que concerne à facilidade de visualização das variações de valores.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e os Princípios Fundamentais de Contabilidade: prudência, competência e continuidade

(Paolo Giuseppe Lima de Araújo)

O objetivo desse artigo é discutir os critérios para contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, de acordo com a NBC T 19.2. Efetuou-se levantamento bibliográfico das normas profissionais e técnicas que tratam do tema em questão. O artigo está organizado em quatro tópicos: ativo – definição; Princípios Fundamentais de Contabilidade: prudência, competência e continuidade; ativos fiscais diferidos; e ativos fiscais diferidos e os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Os resultados da pesquisa indicam que os normativos brasileiros estão em consonância com as regras internacionais e atendem aos Princípios Fundamentais de Contabilidade. Conclui-se que a falta de registro dos ativos fiscais diferidos em virtude da não-expectativa de lucros tributáveis no futuro não fere ao Princípio da competência. Sugere-se, ao final, uma forma de contabilização inicial dos ativos fiscais diferidos.

Balanço de resultados

(Cesar Eduardo Stevens Kroetz)

O crédito ou resultado é uma medida de desempenho que reflete o ocorrido com o emprego (dinâmica) dos meios patrimoniais na entidade, podendo ocasionar resultados positivo, negativo, ou até mesmo, nulo. A metodologia empregada para o cálculo do resultado (apuração) pode variar segundo o entendimento técnico-teórico utilizado como base, sendo o método de transferência integral o mais utilizado em nível mundial. Discussões maiores são realizadas quando do estabelecimento de modelos de apresentação dos resultados obtidos, fato, mais uma vez, em evidência com a aprovação do novo Código Civil brasileiro, o qual em seu art. 1.065 relata a obrigatoriedade da divulgação do denominado Balanço de Resultados, objeto de estudo neste trabalho.